



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
INTEGRAL E INTEGRADA

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE MINAS GERAIS

**Documento orientador do Projeto
Pedagógico para escolas Polo de
Educação Múltipla/ POLEM que
ofertam Ensino Médio Integral e
Integrado**

Versão 2018

Ensino Médio Integral e Integrado

Governo do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Macaé Maria Evaristo dos Santos

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica

Augusta Aparecida Neves de Mendonça

Coordenação Geral da Política de Educação Básica Integral e Integrada

Cecília Cristina Resende Alves

Superintendência de Desenvolvimento do Ensino Médio, Juventude e Educação Profissional

Wladimir Coelho

Diretoria de Ensino Médio

Renato Lopes

Equipe de Implantação

Coordenação Geral: Cecília Cristina Resende Alves

Coordenação de Gestão: Marcio Antônio Fonseca

Coordenação de Infraestrutura: Ademar Pinto do Carmo

Coordenação Pedagógica: Liliana Souza da Silva Silveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS .	4
O PERFIL DO JOVEM E OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO.....	6
DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS	8
ORGANIZAÇÃO PEDAGOGICA	8
Curriculo Integrado para a Educação Integral.....	8
Campos de Integração Curricular	10
Pesquisa e Intervenção.....	11
Diálogos Abertos com a Cidade.....	12
PASSO A PASSO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA.....	15
Organização do Currículo, dos Tempos e Espaços Escolares.....	15
Organização das aulas e das atividades.....	20
Organização Administrativa e Quadro de Pessoal	23
FINANCIAMENTO DO PROGRAMA.....	25
AVALIAÇÃO	26
Diagnóstico de habilidades.....	28
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
ANEXOS.....	32

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Educação de Minas Gerais, por meio da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica e da Coordenação Geral da Política de Educação Básica Integral e Integrada apresenta neste Documento, o Projeto Pedagógico Integrado das Escolas Estaduais que fazem parte do Programa de Fomento à Educação Integral e Integrada no Ensino Médio (Portarias do MEC - nº 1145 de 10/10/2016 e 727 nº 727 de 13/06/2017 e Decreto Estadual 47.227, de 03/08/2017), considerando-se as diferenças territoriais e as necessidades de cada escola. O Projeto visa promover a formação integral e a inclusão social de jovens de 15 a 17 anos de idade, propiciando-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e de exercício efetivo da cidadania.

Esse Documento oferece subsídios para a atuação dos docentes nas funções simultâneas do professor que atuará nas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular quanto naquelas disciplinas ofertadas na Parte Flexível ou Técnica Profissionalizante, além de apresentar diretrizes para a construção do Projeto Pedagógico da Escola, adequado à realidade da comunidade e do território, observando-se os princípios da Educação Integral e Integrada, bem como as orientações gerais que norteiam o Programa.

1. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A escola de Educação Integral e em tempo integral tem raízes no legado de diferentes movimentos teóricos e políticos e, atualmente, possui dispositivos legais que a amparam. Em âmbito nacional, um dos primeiros marcos legais é a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, apresenta a Educação como direito de todos e dever do Estado e da Família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Ressalta, também, sua importância para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 206 destaca os princípios da Educação no País: a igualdade de acesso e permanência; a liberdade do processo de construção do conhecimento; o pluralismo de ideias; a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino e a qualidade do ensino ofertado, entre outros. Posteriormente, em 1990, a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), veio contribuir também para o debate da Educação Integral, reafirmando a importância de uma educação que vise ao pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para a cidadania e o trabalho.

O tema da Educação Integral renasce, ainda, sob inspiração da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que prevê o aumento progressivo da jornada escolar para o regime

de tempo integral (artigos 34 e 87, § 5º), reconhece e valoriza as iniciativas de instituições que desenvolvem, com o parceiras da escola, experiências extraescolares (art. 3º, X).

Desde 2004, as escolas estaduais desenvolvem ações que convergem para a Educação Integral e Integrada. Até 2006, esteve vinculada ao Projeto Escola Viva Comunidade Ativa (EVCA), funcionando apenas em Belo Horizonte e na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Uberaba e, exclusivamente, em escolas de Ensino Fundamental. Após a constatação de baixos níveis de desempenho evidenciados por meio da Primeira Avaliação de Alfabetização (PROALFA), a Educação de Tempo Integral foi expandida para todas as Superintendências Regionais de Educação de Minas Gerais, priorizando a intervenção para o aprendizado, ainda que fossem realizadas outras atividades, mas apenas com estudantes do Ensino Fundamental.

Em 2012, a Secretaria de Educação publicou a Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais, apresentando as diretrizes da Educação em Tempo Integral a serem seguidas pelas escolas da Rede pública estadual. Com esse dispositivo, buscou-se ampliar as possibilidades de ações educativas, além do acompanhamento pedagógico, contemplando outras áreas: Cultura e Arte; Esporte e Lazer; Cibercultura¹; Segurança Alimentar Nutricional; Educação Socioambiental; Direitos Humanos e Cidadania.

A proposta foi implementada em escolas regulares de Ensino Fundamental urbanas, do campo e em unidades de medidas socioeducativas, sendo as atividades educativas desenvolvidas por professores da Educação Básica, efetivos ou designados.

Desde então, diversas iniciativas foram desenvolvidas pelas escolas, algumas contaram com parcerias estabelecidas com a comunidade e o empenho de voluntários para o desenvolvimento de oficinas diversas.

A Portaria nº 1.145/2016 - MEC – que institui o Programa de Fomento à Educação em Tempo Integral para as Escolas de Ensino Médio - estabeleceu, no seu Anexo II, o número máximo de escolas e de matrículas por Estado. Para Minas Gerais, o número máximo autorizado foi de 30 escolas e 13.500 estudantes. Para a adesão, as escolas deveriam atender aos seguintes critérios:

- escolas preferencialmente, de Ensino Médio propedêuticas, que não atendam a outras etapas de ensino no momento da implantação da proposta em tempo integral definida na Portaria;

¹ O termo **cibercultura** tem vários sentidos, mas se pode entender como a forma sociocultural que advém de uma relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônicas surgidas na década de 1970, graças à convergência das telecomunicações com a informática. A **cibercultura** é um termo utilizado na definição dos agenciamentos sociais das comunidades no espaço eletrônico virtual. Estas comunidades estão ampliando e popularizando a utilização da Internet e outras tecnologias de comunicação, possibilitando maior aproximação entre as pessoas de todo o mundo. (www.dicionarioinformal.com.br)

- escolas que possuam, preferencialmente, infraestrutura adequada aos critérios estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no Projeto Espaço Educativo Urbano, conforme recomendações de infraestrutura constantes do Anexo IV da Portaria;
- escolas que tenham capacidade física para atender no mínimo 400 (quatrocentos) estudantes de Ensino Médio em período integral, priorizando as escolas de maior porte e capacidade física;
- escolas em regiões de vulnerabilidade social, deixando explícitos os critérios utilizados para esta escolha.

Foram identificadas em todo o Estado de Minas Gerais apenas 16 escolas que atendiam aos critérios estabelecidos na Portaria nº 1.145/2016, mas a partir de solicitação oficial ao MEC, foi negociada a flexibilização de alguns desses critérios, e apresentadas 50 escolas para análise, das quais 44 puderam implantar o Programa ainda que com ressalvas sobre infraestrutura (sala de aula, vestiário e refeitório) e que, oficialmente, aderiram ao Programa em 23 de dezembro de 2016.

Em agosto de 2017, foi publicado o decreto que preconiza que a Educação Integral e Integrada visa assegurar o acesso e permanência dos estudantes da educação básica, com melhoria da qualidade de ensino e o respeito à diversidade, garantindo-se as condições necessárias ao desenvolvimento dos diversos saberes e habilidades pelos estudantes e a ampliação da oferta da jornada e tempo integral.

São princípios da Educação Integral e Integrada em Minas Gerais:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV – valorização do profissional da educação;

VI – gestão democrática do ensino público;

VII – valorização da experiência extraescolar;

VIII – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

IX – consideração com a diversidade étnico-racial.

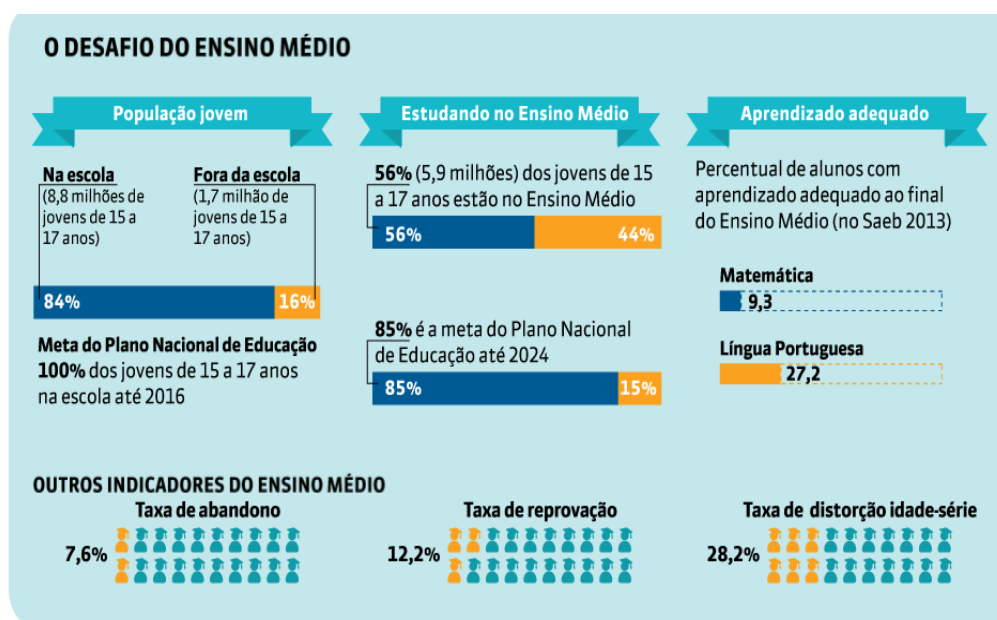
Finalmente para o ano de 2018 o Estado de Minas Gerais por meio da portaria 727/17-MEC terá ampliada a oferta de Ensino Médio Integral e Integrado atendendo a mais 36 escolas em todo o

estado. Assim a Educação Integral e Integrada no Ensino Médio chega em 2018 a 80 escolas, 63 municípios e 42 Regionais de Ensino com previsão de atendimento a 19 000 estudantes.

2. O PERFIL DO JOVEM E OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2014, existiam no país 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, o que equivale a 16% da população desta faixa etária. Embora em termos relativos o acesso ao Ensino Médio tenha alcançado progressos consideráveis nas últimas duas décadas, o contingente de jovens que abandona os estudos, o baixo desempenho nas avaliações externas e a ainda elevada taxa de repetência são alguns dos problemas encontrados nesta etapa de ensino. Os indicadores traçam um quadro de exclusão e desigualdade que tem chamado à atenção de pesquisadores, gestores públicos e militantes da área educacional. Para muitos, o currículo do Ensino Médio é um dos principais desafios a serem enfrentados no cenário educacional.

O Relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2016, destaca a necessidade de “se definir uma identidade para o Ensino Médio”. Esta questão relaciona-se diretamente ao currículo, pois envolve uma discussão sobre qual deve ser o foco do Ensino Médio: proporcionar uma formação geral, qualificar para o mercado de trabalho ou preparar para a universidade



Fonte: www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado entre 2013 e 2014, possibilitou a reflexão de professores e especialistas das escolas públicas sobre a grande crítica ao Ensino Médio que se estrutura, mais precisamente, em torno de três eixos: a existência de uma trajetória única e

inflexível, sem a possibilidade de formações alternativas; o currículo pouco adaptado às diversas juventudes; o inchaço e a fragmentação dos conteúdos curriculares.

A pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)², em 2013, revela a dissonância entre o currículo ofertado nas Redes e as percepções e atitudes de jovens sobre o Ensino Médio. A pesquisa apontou que a demanda por entrar no mercado de trabalho se sobrepõe a de ingresso na universidade, pelo menos em um primeiro momento 53,8% dos estudantes entrevistados acreditavam que, após concluírem o Ensino Médio, iriam trabalhar para, posteriormente, cursarem o Ensino Superior.

Essa premissa de que o trabalho precede ou precederá ao Ensino Superior nos permite levantar uma série de questões: qual a relação que o atual currículo do Ensino Médio estabelece com o Mundo do Trabalho? Como ampliar a jornada de tempo dos estudantes do Ensino Médio, criando condições para uma ampla vivência de experiências distintas, que permitam aos jovens um projeto de vida e sua realização? Qual a definição, formato e conteúdos para uma Educação Integral e Integrada no Ensino Médio?

3. DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS POLEM QUE OFERTAM ENSINO MÉDIO INTEGRAL E INTEGRADO

3.1. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

3.1.1. Currículo Integrado

A palavra “currículo” teve diferentes significados ao longo da história da Educação. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos a serem ensinados. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos educadores, até de forma inconsciente - o que leva à necessidade de refletir sobre suas influências na prática pedagógica.

As ideias mais atuais consideram o currículo não como algo feito, mas que se faz ao longo do tempo e é essa concepção que, aqui, adotaremos: o currículo como um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos, que ocorrem em determinados contextos.

² O **CEBRAP** é uma instituição de estudos e pesquisas em Sociologia, Política, Filosofia, Economia, Antropologia e Demografia, com sede em São Paulo.

Na perspectiva do Projeto Pedagógico para as Escolas de Ensino Médio Integral de Minas Gerais, o **currículo integrado** é aquele que pode e deve ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos, professores da Educação Básica, educadores sociais e outros que atuem na escola com os professores e os estudantes, desde que seja amplamente discutido e construído com a participação dos jovens. Conceitualmente, Santomé³ (1998) explica que a denominação “currículo integrado” tem sido utilizada visando contemplar uma compreensão global do conhecimento e promover ações interdisciplinares na sua construção. A integração ressaltaria a unidade que deve existir entre as diferentes disciplinas e as formas de conhecimento nas instituições escolares.

Bernstein⁴ (1996) afirma que a integração coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional, de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promova maior iniciativa de professores e estudantes, maior integração dos saberes escolares aos saberes cotidianos dos jovens, combatendo a visão hierárquica e dogmática do conhecimento. Em síntese, o autor aposta na possibilidade de os códigos integrados garantirem uma forma de socialização apropriada do conhecimento, capaz de atender às mudanças em curso no mundo.

Portanto, organizar uma proposta na perspectiva do Currículo Integrado significa muito mais que acrescentar novas disciplinas. Significa construir uma nova postura pedagógica, que rompa com a estrutura fragmentada do currículo, adotando uma abordagem integradora, que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.

3.1.2. Cada escola envolvida no Programa deverá, portanto, desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, no qual o jovem atue como sujeito, construtor de aprendizagens integradas que façam sentido para ele. Aqui chamamos de **currículo interdimensional**, ou seja, aquele que possibilita o exercício dos atuais quatro pilares da Educação, segundo a Comissão Internacional sobre Educação da UNESCO⁵: o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender a fazer e o aprender a viver. Para que isso ocorra, o que se propõe é a formação integral dos jovens com a ampliação da jornada diária de cinco horas-aula para nove horas-aula.

A finalidade geral da ampliação da jornada é proporcionar uma Educação Integral aos jovens, por meio da efetiva associação entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria das aprendizagens em todas as áreas do conhecimento, a construção e execução de

³ SANTOMÉ, J. T. 1998. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas.

⁴ BERNSTEIN, B. 1996. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes.

⁵ DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

um plano de participação cidadã, a promoção e o desenvolvimento de habilidades e de atuação social e, inclusive, a possibilidade de fazer um Curso Técnico profissionalizante.

A Educação Integral é um processo educativo, que parte do reconhecimento do estudante como sujeito sociocultural e da necessidade de a prática educativa dialogar com a realidade e com os saberes presentes nos territórios, entendidos como “territórios educativos”. Nessa visão, a escola passa a dialogar com o bairro, com a cidade, formando uma Rede Educativa. A Educação Integral, assim, busca inserir a escola em seu território, dialogando com os saberes ali produzidos, bem como com os educadores detentores destes saberes - o que demanda a extensão da jornada escolar diária, o que por sua vez não é objetivo da política de Educação Integral, mas, sim, condição para que ela se efetive.

3.1.3. Campos de Integração Curricular

Um campo de Integração Curricular se configura na ação curricular na qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos na ação educacional. Constitui-se como um eixo, a partir do qual se torna possível superar a fragmentação e a hierarquização dos saberes. Permite, portanto, a articulação entre formas disciplinares e não disciplinares de organização do conhecimento e favorece a diversificação de arranjos curriculares, com vistas a produzir maior diálogo e interação dos saberes locais, das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares.

Nesse sentido, o currículo construído em todas as suas dimensões e ações deve ser elaborado de forma a garantir a flexibilização, o protagonismo juvenil, o desenvolvimento dos estudantes, por meio de ações e atividades que contemplem a abordagem de conhecimentos, as experiências e atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando reflexão crítica e autonomia.

Nesse Programa, propõem-se três Campos de Integração Curricular:

a) **Cultura, Artes e Cidadania:** este Campo poderá incluir atividades relacionadas à Música, Dança, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Artes Circenses, Artesanato, Cultura Regional, Gastronomia, Direitos do Cidadão, Ética, Profissões e profissionalismo e outras temáticas que devem ser desenvolvidas na escola.

b) **Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias:** este campo poderá incluir atividades relacionadas às Línguas Estrangeiras, Textos literários, Fotografia, Cinema, Animação digital, Jogos digitais, História em quadrinhos, Grafite, Jornal, Rádio, Informática, Ambiente de redes sociais, *Designer* gráfico, Propaganda e *Marketing*, entre outras.

c) **Pesquisa e Inovação Tecnológica:** este Campo poderá incluir atividades relacionadas à Iniciação científica, Robótica, Introdução às Engenharias, Inovação sustentável, Soluções tecnológicas, Tecnologia agrícola, Empreendedorismo, Construção sustentável, Educação Física e Ergonomia, Desenvolvimento de Aplicativos e *Softwares* e outros temas que possam ser desenvolvidos na escola.

Além disso, para que estes Campos de Integração Curricular se materializem em projetos e ações escolares de aprendizagem e protagonismo, propomos um espaço comum a todos os estudantes e destinado a propostas integradoras, como os Projetos de Pesquisa e Intervenção e os Diálogos Abertos com a Cidade.

3.1.4. Projetos de Pesquisa e Intervenção

Como deslocar a escola do lugar de transmissora de informações para o papel de formadora de sujeitos culturais?

Nos dias de hoje, nosso maior desafio é que os estudantes passem a perguntar e a problematizar – são essas competências que os permitem se posicionar como protagonistas de sua própria trajetória escolar. O propósito é fazer com que eles sejam capazes de decidir e comprometer-se com as atividades, que saibam projetar-se no tempo e planejar suas ações, e que sejam sujeitos de sua própria aprendizagem, como aconteceu na experiência relatada a seguir:

A possibilidade de ampliação da jornada escolar diária levou professores e estudantes a discutirem sobre o uso que fariam desse novo tempo. Para isso, começaram a avaliar a atual organização de tempos e espaços escolares. Em assembleia, eles chegaram à conclusão que o atual modelo de organização do tempo impedia o encontro de estudantes e inviabilizava um trabalho coletivo. Também não permitia saídas e deslocamentos pela cidade, já que as disciplinas estavam organizadas em módulos de 50 minutos.

Para superar esta fragmentação, eles decidiram embarcar em uma nova forma de viver a educação dentro da escola, com horários mais alargados e agrupamentos flexíveis, estabelecendo tempos comuns a todos os estudantes. Um primeiro tempo comum foi estruturado como e investigação e pesquisa: Projetos de Pesquisa e de Intervenção. Decidiram que seria na quarta-feira, nos dois primeiros horários, quando os estudantes se agrupavam por interesse, independentemente do ano que estavam cursando e, a partir de um problema, organizavam e desenvolviam um projeto de pesquisa, sob a orientação de um professor orientador, convidado pelo grupo.

Às quartas-feiras a escola se transformava. Grupos de estudantes ocupavam pátios, salas, laboratórios, quadras. Também outros sujeitos entravam na escola, convidados pelos grupos, para serem entrevistados ou para passarem informações relevantes. Todos os grupos tinham um cronograma de trabalho, com previsão de seminários para apresentação do problema e socialização dos resultados. Além de aprenderem a realizar pesquisa, os estudantes e professores daquela escola pública aprenderam a conviver, a interagir e a assumir responsabilidades pelo processo de formação.

Com base nesse relato, estamos propondo que também nas escolas estaduais de Minas Gerais sejam criados tempos comuns para o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Intervenção.

Para que isso ocorra, é importante garantir um mesmo horário para todas as turmas, a fim de que toda a escola se envolva em um projeto de pesquisa, no momento em que se propõe a ampliação da jornada diária dos estudantes.

Neste horário os jovens agrupados, por afinidade, séries diferentes ou até mesmo individualmente, formularão questões para resolver um problema e pesquisarão o tema, atribuindo significados e construindo suas soluções. A escola tem a função básica de possibilitar que o estudante questione o mundo em que vive e passe a se perguntar sobre ele, comece a olhá-lo de uma forma investigativa. Nesse sentido, a escola precisa criar boas estratégias de problematização para que os estudantes se sintam motivados a aprender.

É com esta perspectiva que, neste horário, todos desenvolverão projetos de pesquisa e/ou de intervenção concebidos como uma proposta pedagógica que gere situações de aprendizagem, nas quais as disciplinas tornam-se ferramentas de apoio na busca de soluções para o problema proposto, como algo desafiador e não apenas como uma dificuldade. Os projetos poderão ser de uma turma, de toda a escola ou de um ou de poucos estudantes; poderão versar sobre um tema de livre escolha, que permita a cada estudante pesquisar mais profundamente um assunto de seu interesse. O tema de um projeto deve ser sugerido pelos estudantes, motivados por questões suscitadas pelos acontecimentos sociais ou propostos por um professor ou grupo de professores mobilizados no Projeto. O desafio é transformar os temas de interesse em problemas que instiguem o grupo a compreendê-los.

3.1.5. Diálogos Abertos com a Cidade

A ampliação da jornada deverá possibilitar o reconhecimento do território muitas vezes invisível na rotina diária de um currículo fragmentado e fechado em blocos de 50 minutos. Assim, a escola deverá organizar uma saída mensal, com os professores de determinado turno, alternando os dias da semana e os turnos durante o ano, de forma a que todos os professores possam ser envolvidos. Esse momento será destinado à apropriação e diálogo com a cidade, uma vez que a aprendizagem não está restrita ao espaço circunscrito pelos muros da escola. Quando estudantes vivem e convivem em vários espaços que a cidade proporciona, eles ampliam as aprendizagens, pois o município, com sua diversidade, é um agente educacional possibilitador de inúmeras oportunidades de aprendizagem.

Esse horário comum deverá criar possibilidades de intercâmbio com outros grupos de jovens, de diversas camadas sociais, além de permitir viver os vários espaços públicos que a cidade oferece. A postura de interlocução e de atuação - aprender e conviver - é a que orienta e se materializa nas visitas, excursões, pesquisas de campo, entrevistas e intervenções de diferentes tipos, tão importantes quanto atividades em sala de aula. Trata-se de um exercício do olhar. O olhar o território no entorno da escola, aprender nele e com ele.

Nesse momento, os estudantes poderão construir, executar e experimentar um **Plano de Participação Cidadã** e cada professor exercerá o seu papel de orientador interdisciplinar, efetivando a concepção de Educação Integral e Integrada na escola. Aqui, de acordo com os arranjos e horários de cada Unidade, os estudantes deverão elaborar, implementar e avaliar um projeto de intervenção, ao longo do ano letivo, na comunidade onde vivem.

O Plano deve ter como referência a ideia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo. Inicia-se pela construção de um 'mapa de desafios' da comunidade, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, além daqueles presentes nos diversos componentes do currículo, seja da Base Comum ou da Parte Flexível. Além disso, o Plano de Participação Cidadã implica uma experiência de trabalho cooperativo e de responsabilidade solidária, essencial para a formação de um jovem que se importa em participar de alguma mudança na sociedade, e que, por consequência, impacte também na sua própria trajetória.

Temas como direitos humanos, acesso a bens e serviços públicos, saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade aos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, uso abusivo de álcool e outras drogas, diversidade de gênero e sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros, podem ser abordados e traduzidos nesse Plano de Participação Cidadã e, dentro do possível, realizado em cada comunidade.

A título de exemplo, um Plano de Participação Cidadã (PLA) teria a seguinte situação: jovens se organizam em grupos de quatro a seis pessoas, definem um tema a ser observado no território, por exemplo, saneamento do bairro. Após a definição, devem iniciar o trabalho com a elaboração de um diagnóstico da realidade, feito por meio de entrevistas e de observação, seguido da análise das causas e possíveis soluções do problema, e terminando com a construção de proposições para ser apresentadas à escola e à comunidade, em forma de artigo, vídeo, campanha ou mutirão na comunidade. Para este trabalho, pode-se ter um ou vários professores orientadores que acompanharão os estudantes na organização e desenvolvimento do trabalho.

Os resultados podem ser socializados em seminários, debates, bancas acadêmicas. O conjunto de trabalhos produzidos pode, por exemplo, compor um livro com os Anais dos PLA e a escola pode também organizar um momento de apresentação dos Planos à comunidade, promovendo um encontro que evidencie os problemas pesquisados e demonstre as possíveis soluções propostas pelos estudantes. Ao longo de todas as etapas do Plano, desde a sua concepção, até a divulgação dos resultados, é interessante que a escola faça registros e aposte em diversas estratégias de comunicação, podendo, por exemplo, divulgação das ações do Plano nas redes sociais, criação de *blog*, desenvolver programas de rádio, criar canal no *Youtube*, para veicular os registros feitos em vídeo, construir informativos eletrônicos e impressos, painéis espalhados pela escola e até mesmo fazer exposições com fotos e outros materiais de registro para divulgação junto à comunidade,

É fundamental que a construção do Plano destaque o protagonismo juvenil, em todas as etapas de sua construção, afinal, os principais atores desse processo são os estudantes. Ademais, além do que já foi dito sobre desenvolvimento de competências, habilidades, reconhecimento do papel de cidadão e valorização do trabalho coletivo e solidário, o Plano de Participação Cidadã constitui uma maneira de efetivar o protagonismo juvenil, tornando o processo de construção do conhecimento mais significativo e dotado de sentidos e a aprendizagem mais efetiva.

É importante que o conceito de protagonismo juvenil, bem como outros correlatos - participação juvenil, responsabilização, criatividade, autonomia, sujeito de direitos, entre outros - seja bem compreendido:

O termo **protagonismo juvenil**, como modalidade de ação, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (COSTA, 2001).⁶

⁶ COSTA, Antonio Carlos Gomes. 2001. **Tempo de servir**: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade.

Não raras vezes, as escolas oportunizam aos estudantes formas de participação e protagonismo que, na verdade, não o são, pois configuram um tipo de participação pontual, decorativa ou manipulada. Nesses casos, os professores e gestores da escola e não os próprios estudantes definem quando, onde e como a participação se dará. Outro equívoco bastante comum é o de promover formas de participação excludentes e que reforçam a meritocracia e a competitividade. Ora, se a escola só dá oportunidade de participação a jovens que apresentam trajetórias escolares de alto desempenho e que já tenham desenvolvido habilidades e competências como a proatividade, o espírito crítico e a oratória, o conceito de protagonismo juvenil não se aplica, pois na perspectiva aqui colocada, o protagonismo juvenil necessariamente é inclusivo, integrador e busca a superação das desigualdades e o respeito às diversidades.

Por fim, cabe alertar que o protagonismo só se efetiva se a participação dos sujeitos envolvidos se der de maneira completa, em todas as etapas: desde a escolha do tema/problema a ser trabalhado, passando pelo planejamento e execução das ações, até a etapa de avaliação e apropriação dos resultados. Tal lógica é válida não apenas para o desenvolvimento de projetos específicos, mas também em toda e qualquer atividade educativa, dentro ou fora da sala de aula. É interessante, portanto, que essa seja a perspectiva adotada no processo de construção dos Planos de Participação Cidadã, para garantir com que os estudantes sejam os atores centrais desse processo.

3.2. A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

As 80 escolas envolvidas no Programa devem se organizar e formular a proposta curricular levando em consideração os seguintes aspectos:

- A) Organização do currículo, tempos e espaços escolares.
- B) Organização das aulas e das atividades.
- C) Organização administrativa e quadro de pessoal.

3.2.1. Organização do Currículo, dos Tempos e Espaços Escolares

O Currículo nas escolas do Programa será constituído de duas partes: formação básica e formação flexível com a possibilidade de um curso técnico profissionalizante .

A formação básica compreende as temáticas relativas a cada área do conhecimento, indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e, futuramente, pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, com seus respectivos componentes.

A formação flexível é responsável pela ampliação do leque de conhecimentos dos estudantes e da materialização da integração curricular. Ela é composta por Campos de Integração, que poderão ser trabalhados em aulas ligadas à temática do Campo Integrador ou pela Formação Técnica e Profissional.

Os Campos de Integração Curricular, como já afirmado neste Documento Orientador, devem proporcionar ao jovem a interlocução entre as áreas de conhecimento da Base Comum, os conhecimentos científicos, suas experiências pessoais e outras atividades que enriqueçam a sua formação e a sua atuação/intervenção na sociedade.

Nesse Programa, a Secretaria de Educação de Minas Gerais propõe três Campos de Integração Curricular, já apresentados neste Documento: Cultura, Artes e Cidadania; Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias; e Pesquisa e Inovação Tecnológica.

Estes Campos de Integração devem focar atividades que favoreçam conhecimentos além daqueles previstos nos componentes curriculares da Base Comum, mas ao mesmo tempo articulados a eles.

Importante destacar que na formação básica, as escolas devem observar:

- 1) o quantitativo obrigatório de seis aulas semanais de Língua Portuguesa, seis aulas semanais de Matemática, pelo menos uma aula semanal de Língua Inglesa, de um total de três horas semanais de Língua Estrangeira moderna.
- 2) o interesse dos estudantes na definição da oferta de novos modelos e arranjos, por exemplo:
 - 1 aula de Língua Inglesa, 1 de Língua Espanhola e 1 de um terceiro idioma
 - 1 aula de Língua Inglesa, 2 de Língua Espanhola
 - 1 aula de Língua Inglesa, 2 de um outro idioma que não seja a Língua Espanhola
 - 3 aulas de Língua Inglesa
- 3) A parte flexível poderá ser composta por Campos de Integração Curricular, podendo ser acrescida da Formação Técnica Profissionalizante, totalizando quinze aulas semanais.
- 4) As turmas que trabalharão exclusivamente com os Campos de Integração Curricular deverão obedecer a seguinte regra de distribuição de aulas:
 - **Cultura, Artes e Cidadania:** 4 aulas
 - **Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias:** 6 aulas, sendo obrigatoriamente duas delas destinadas ao aprofundamento para o ENEM, contemplando as áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza, para o fortalecimento destas áreas.

- **Pesquisa e Inovação Tecnológica:** 5 aulas, sendo uma delas obrigatoriamente Pesquisa e Intervenção.

As aulas da parte flexível que serão escolhidas pelos estudantes deverão ser organizadas em duas aulas por Componente Curricular, em cada Campo de Integração.

3) A parte flexível acrescida de formação técnica profissionalizante deverá obedecer a carga horária estabelecida na Matriz Curricular do Curso Técnico profissionalizante Integrado ao Ensino Médio e também, na oferta do curso técnico à escolha dos estudantes, será possível que os mesmos frequentem aulas nos Campos de Integração Curricular sem prejuízo da carga horária da parte técnica.

Diferentes formas de organização poderão ser construídas em cada escola, de acordo com as possibilidades locais:

- As aulas do Ensino Médio nas escolas que, em médio prazo se tornarão exclusivas desta Etapa, poderão ter início às 7h30min e término às 17h30min, com um intervalo de 90 minutos para o almoço e o efetivo início das aulas às 8horas. As aulas/atividades serão organizadas em módulos de 50 minutos e deverão, de acordo com a Portaria 727/17, contemplar uma carga horária de 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta) minutos ou 45 (quarenta e cinco) horas-aula semanais,

- Das 7h30 às 7h50 será o momento de acolhimento diário e consistirá em um **café coletivo** com professores, estudantes e gestores para trocar ideias e ampliar a convivência, construindo vínculos de afeto e confiança.

- As aulas podem ser organizadas em jornadas de, no máximo, 100 minutos, ou seja, podem e ocorrer até duas aulas de uma mesma disciplina. **Não serão permitidos três ou mais horários consecutivos de uma mesma disciplina, mesmo que haja intervalo.** As escolas devem organizar o horário de tal forma que haja em um dia da semana **um horário em que todas as turmas desenvolvam a atividade de Pesquisa e Intervenção**, componente obrigatório na Matriz Curricular.

- Também deve ser organizada **uma saída mensal dos estudantes para as atividades relativas aos Diálogos Abertos com a Cidade.**

A seguir, apresentamos a título de exemplo/sugestão o formato de uma possível organização escolar e uma Matriz Curricular, contando os tempos para entendimento e esclarecimento quanto à carga horária e pacotes a serem definidos no SIMADE quando da sua adequação ao programa.

Quadro de distribuição do número de aulas para os Campos

Campos de Integração Curricular		1º ano	2º ano	3º ano
Cultura, Artes e Cidadania	Aulas à escolha relacionadas ao Campo	4	4	4
Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias	Aulas à escolha relacionadas ao Campo	4	4	4
	Aprofundamento ENEM	2	2	2
Pesquisa e Inovação Tecnológica	Pesquisa e Intervenção	1	1	1
	Aulas à escolha relacionadas ao Campo	4	4	4

Quadro de distribuição do número de aulas para os Campos de Integração Curricular

Campos de Integração Curricular		1º ano	2º ano	3º ano
Cultura, Artes e Cidadania	Componente à escolha dos alunos	2	2	2
	Componente à escolha dos alunos	2	2	2
Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias	Componente à escolha dos alunos	2	2	2
	Componente à escolha dos alunos	2	2	2
	Aprofundamento ENEM	2	2	2
Pesquisa e Inovação Tecnológica	Pesquisa e Intervenção	1	1	1
	Componente à escolha dos alunos	2	2	2
	Componente à escolha dos alunos	2	2	2

Modelo/sugestão de distribuição de aulas considerando-se uma escola com três primeiros anos

	Turma 1	Turma 2	Turma 3
Cultura, Artes e Cidadania	Violão	Artes Cênicas	Técnico e Profissional
	Violão	Artes Cênicas	Técnico e Profissional
	Zumba	Judô	Técnico e Profissional
	Danças	Judô	Danças
Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias	Inglês - Conversação	Práticas de Rádio	Técnico e Profissional
	Inglês - Conversação	Cinema	Técnico e Profissional
	Fotografia	Técnicas de Grafite	Técnico e Profissional
	Informática	Informática	Técnico e Profissional
	Aprofundamento ENEM	Aprofundamento ENEM	Inglês conversação
	Aprofundamento ENEM	Aprofundamento ENEM	Informática
Pesquisa e Inovação Tecnológica	Produção de <i>games</i>	Introdução às engenharias	Técnico e Profissional
	Gestão ambiental	Introdução às engenharias	Técnico e Profissional
	Empreendedorismo	Programação de Computadores	Técnico e Profissional

	Empreendedorismo	Programação de Computadores	Técnico e Profissional
	Pesquisa e Intervenção	Pesquisa e Intervenção	Pesquisa e Intervenção

Modelo/sugestão de distribuição de aulas considerando-se uma escola com três primeiros anos

	Turma 1	Turma 2	Turma 3
Cultura, Artes e Cidadania	Violão	Artes Cênicas	Técnico e Profissional
	Violão	Artes Cênicas	Técnico e Profissional
	Danças	Judô	Técnico e Profissional
	Danças	Judô	Danças
Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias	Inglês - Conversação	Práticas de Rádio	Técnico e Profissional
	Inglês - Conversação	Práticas de Rádio	Técnico e Profissional
	Fotografia	Informática	Técnico e Profissional
	Fotografia	Informática	Técnico e Profissional
	Aprofundamento ENEM	Aprofundamento ENEM	Inglês conversação
	Aprofundamento ENEM	Aprofundamento ENEM	Informática
Pesquisa e Inovação Tecnológica	Gestão ambiental	Introdução às engenharias	Técnico e Profissional
	Gestão ambiental	Introdução às engenharias	Técnico e Profissional
	Empreendedorismo	Programação de Computadores	Técnico e Profissional
	Empreendedorismo	Programação de Computadores	Técnico e Profissional
	Pesquisa e Intervenção	Pesquisa e Intervenção	Pesquisa e Intervenção

Observe que:

Uma aula no Campo Pesquisa e Inovação Tecnológica será destinada à Pesquisa e Intervenção e deverá ser cursada por todos os alunos de todas as turmas.

Duas aulas de Aprofundamento para o ENEM para todas as turmas que não cursarão o técnico profissionalizante.

As outras aulas/atividades dos Campos poderão ser adotadas de acordo com a escolha e interesse dos alunos, respeitando o número de professores necessários e o número de aulas previstas para o Campo, conforme o número de turmas e as normas vigentes da SEE-MG.

Será permitido que a escola organize até três currículos diferentes para os Campos de Integração Curricular quando o número de turmas do Ensino Médio Integral da escola for superior a 05 turmas.

Exemplo de Quadro de Horário – Campos de Integração

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º horário (20min)	Café coletivo	Café coletivo	Café coletivo	Café coletivo	Café coletivo
2º horário	L. Portuguesa	História	Aprofundamento ENEM	L. Portuguesa	Matemática
3º horário	Língua Estrangeira moderna	Física	Arte	L. Portuguesa	Matemática
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
4º horário	História	Cultura Arte e Cidadania	Matemática	Biologia	Pesquisa e Inovação tecnológica
5º horário	Matemática	L. Portuguesa	Cultura, Artes e Cidadania	Aprofundamento ENEM	Língua Estrangeira moderna
6º horário	Matemática	L. Portuguesa	Cultura, Arte e Cidadania	Educação Física	Sociologia
Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
7º horário	Biologia	Filosofia	Pesquisa e Inovação tecnológica	Química	Múltiplas Linguagens, Com. e Mídias
8º horário	Pesquisa e Intervenção	Geografia	Língua Estrangeira moderna	Cultura, Artes e Cidadania	Múltiplas Linguagens, Com. e Mídias
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
9º horário	Física	Pesquisa e Inovação tecnológica	Química	Matemática	L. Portuguesa
10º horário	Múltiplas Linguagens, Com. e Mídias	Pesquisa e Inovação tecnológica	Múltiplas Linguagens, Com. e Mídias	Geografia	Educação Física

Para o presente Programa, as escolas devem procurar adotar arranjos diferenciados de tempos e espaços, com foco na Integração Curricular. Não é permitida a separação da Base Comum e da Parte Flexível por turno. Para isso, é fundamental que haja planejamento, partindo-se do interesse e esforços coletivos para que se chegue a um arranjo possível, sem estar preso às formas tradicionais de organização do tempo e do espaço. E ainda, criar mecanismos de ruptura com a prática tradicional, favorecendo o diálogo entre as diversas Áreas do Conhecimento e a Parte Flexível do Currículo, para que não seja considerada um apêndice. Os professores, tanto da Base Comum como os que estarão atuando nas aulas da Parte Flexível devem dialogar e trocar experiências, oportunizando a participação ativa dos jovens na construção da proposta de organização dos tempos e espaços, e também do currículo.

3.2.2. Organização das aulas e das atividades

As atividades escolhidas para os Campos de Integração devem contribuir para uma formação integral e promover um conhecimento que faça diferença no dia a dia do jovem. Como exemplo, podemos pensar no aprofundamento da Língua Inglesa com a criação de aulas de conversação, redação e produção textual; introdução ao jornalismo ou práticas radialistas e, até mesmo, revisão para o ENEM, dentro do Campo de Integração Curricular de Múltiplas Linguagens, Comunicação e Mídias. Aulas de música e/ou instrumentos musicais, dança ou atividades físicas diferentes (*jiu-jitsu*, judô, zumba, capoeira) ou aulas de artes plásticas e artes cênicas, dentro do Campo Cultura, Artes e Cidadania. Aulas de informática, robótica e aeromodelismo, introdução às engenharias, gestão ambiental e de recursos hídricos, programação de computadores, produção de *games* e jogos eletrônicos, construção e idealização de aplicativos para *móviles*, no Campo da Pesquisa e Inovação Tecnológica.

A Parte Flexível também poderá ofertar, dentro do Programa, até quatro Cursos Técnicos conforme quantitativo de turmas abaixo. Profissionalizantes, escolhidos no catálogo de 11 cursos relacionados a seguir e que também são oferecidos pela Rede de Educação Profissional de Minas Gerais. Assim, a ampliação da jornada poderá ser realizada com o desenvolvimento, em três anos, de um Curso Profissionalizante, integrado ao Ensino Médio, com um total de até 1200 horas, e que terá, em sua Matriz Curricular, a estrutura do Currículo Integrado do Programa, isto é, no Curso Técnico Profissionalizante haverá também um mesmo horário destinado a Projetos de Pesquisa e Intervenção e a saída mensal para os Diálogos Abertos com a Cidade.

A escolha e a composição de uma turma de um Curso Técnico Profissionalizante deverão ocorrer apenas se os estudantes manifestarem interesse na Educação Profissional e após consulta à comunidade.

O total de turmas a serem formadas deve obedecer ao seguinte quantitativo:

- se a escola possuir de duas até três turmas de 1º ano, poderá formar apenas uma turma de Técnico Profissionalizante.
- se a escola possuir de quatro a seis turmas de 1º ano, poderá formar duas turmas de Técnico Profissionalizante. A escola poderá escolher até dois cursos distintos.
- se a escola possuir de sete a nove turmas de 1º ano, poderá formar três turmas de Técnico Profissionalizante e poderá escolher até três cursos distintos .
- se a escola possuir acima de nove turmas de 1º ano, poderá formar cinco turmas de Técnico Profissionalizante e escolher até 04 cursos distintos..

Os cursos Técnicos que poderão ser escolhidos pelos estudantes e ofertados pelas escolas são:

1. Técnico em Administração
2. Técnico em Cooperativismo
3. Técnico em Informática
4. Técnico em Informática para a Internet
5. Técnico em Logística
6. Técnico em Marketing
7. Técnico em Recursos Humanos
8. Técnico em Secretariado
9. Técnico em Secretariado Escolar
10. Técnico em Serviços Públicos
11. Técnico em Transações Imobiliárias

Apresentamos, a seguir, um exemplo de organização de horários para o Curso Técnico Profissionalizante:

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º horário (20min)	Café coletivo	Café coletivo	Café coletivo	Café coletivo	Café coletivo
2º horário	L. Portuguesa	História	Disciplina do Técnico	L. Portuguesa	Matemática
3º horário	Língua Estrangeira moderna	Física	Arte	L. Portuguesa	Matemática
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
4º horário	Disciplina do Técnico	Pesquisa e Inovação tecnológica	Matemática	Biologia	Pesquisa e Inovação tecnológica
5º horário	Matemática	L. Portuguesa	Cultura, Artes e Cidadania	Disciplina do Técnico	Língua Estrangeira moderna
6º horário	Matemática	L. Portuguesa	Cultura, Arte e Cidadania	Educação Física	Disciplina do Técnico
Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
7º horário	Biologia	Filosofia	Disciplina do Técnico	Química	Múltiplas Linguagens, Com. e Mídias
8º horário	Pesquisa e Intervenção	Geografia	Língua Estrangeira moderna	Disciplina do Técnico	Sociologia
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
9º horário	Física	Disciplina do Técnico	Química	Matemática	L. Portuguesa
10º horário	História	Disciplina do Técnico	Múltiplas Linguagens, Com. e Mídias	Geografia	Educação Física

3.2.3. Organização Administrativa e Quadro de Pessoal

Organização das Turmas

- 1) Em 2018 será permitido o funcionamento de turmas de Ensino Médio Integral e turmas de Ensino Médio Regular nos primeiros e segundos anos do ensino médio, obedecendo a seguinte regra: as turmas de Ensino Médio Integral e integrado deverão ser a maioria em relação às turmas de Ensino Médio Regular, devendo a cada ano subsequente ser diminuída pelo menos uma turma de ensino médio regular.

Exemplo:

Nº de turmas na escola	2018		2019		2020	
	EM Integral	EM Regular	EM Integral	EM Regular	EM Integral	EM Regular
07 turmas	4	3	5	2	6	1
05 turmas	3	2	4	1	5	0
02 turmas	2	0	2	0	2	0

- 2) A escola poderá oferecer o Ensino Médio Integral e Integrado para os 3º anos, caso seja interesse dos estudantes e possua infraestrutura adequada, com total apoio da SEE/MG, sendo oferecidas na Parte Flexível apenas as aulas dos Campos de Integração Curricular. Importante: Turmas do segundo e terceiro anos que optaram pelo Ensino Médio Integral e Integrado em 2018 não poderão escolher um curso técnico profissionalizante.

Para o desenvolvimento e implantação do Programa, haverá uma equipe de acompanhamento e desenvolvimento das ações, composta por professores da Educação Básica, que atuam nos componentes da Base Nacional Comum Curricular e professores que desenvolvem ações nos Campos de Integração Curricular, que constituem a Parte Flexível do Currículo e a Formação Técnica e Profissional.

Também haverá um professor/a coordenador/a do Programa, preferencialmente efetivo/a, indicado/a pela direção da escola e referendado/a pelo Colegiado Escolar, dentre os/as profissionais que atuam na escola.

Para atuar na coordenação do Programa, o/a professor/a indicado/a deverá cumprir a totalidade de sua carga horária, ou seja, 24 horas semanais. Para a indicação do/a professor/a coordenador/a do Programa, a escola deverá observar a seguinte ordem de prioridade:

- I. Professor/a efetivo/a, regente de aulas da escola participante.
- II. Professor/a designado/a, regente de aulas da escola participante.
- III. Especialista da Educação Básica

O professor coordenador do Programa tem uma função articuladora, formadora e transformadora, portanto, é o elemento mediador entre o currículo integrado e os docentes. Assim, esse profissional vai auxiliar os professores a fazer as necessárias articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalham, a realidade sociocultural da escola e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na Instituição de Ensino.

Ele tem uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus próprios sentidos, a fim de operacionalizar determinadas propostas, de acordo com a sua trajetória de formação e de docência, o momento histórico e os compromissos da escola e do estudante. Desta forma, compete ao professor coordenador:

- Como articulador, seu papel principal é oferecer condições para que os professores trabalhem coletivamente as propostas curriculares em função da realidade escolar, promovendo a interdisciplinaridade e a integração, evitando-se a fragmentação do conhecimento.
- Como formador, oferecer condições a outros profissionais de se aprofundarem em sua área específica.
- Como transformador, cabe-lhe o compromisso com o questionamento, ou seja, ajudar o professor a ser reflexivo e crítico em sua prática, estimulando a pergunta, a dúvida, a criatividade, a inovação e o diálogo, que culminem em mudanças na prática pedagógica.
- Como estimulador, para instaurar na escola o significado do trabalho coletivo, possibilitando ações de parceria, de modo que, movidas por necessidades semelhantes, as pessoas se impliquem no desenvolvimento de ações para atingir objetivos.

Em síntese, o coordenador pedagógico será, então, aquele que, conhecendo a proposta curricular do Programa aqui evidenciada, possibilitará que novos significados sejam atribuídos à prática educativa da escola e à prática pedagógica dos professores.

Na composição do Quadro de Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB), a escola estadual participante do Programa terá direito a um Auxiliar de Serviço de Educação Básica e poderá designar, adicionalmente, Auxiliar/es de Serviços de Educação Básica considerando o número de alunos do 1º ano do Ensino Médio, conforme a tabela a seguir, independente do número de turnos:

QUADRO I	
NÚMERO DE ALUNOS	QUANTITATIVO
Até 74	01
De 75 a 149	02
De 150 a 224	03
De 225 a 299	04
De 300 a 374	05
De 375 a 449	06
De 450 a 524	07
Acima de 524	08

Todas as escolas participantes do programa tem direito ao Professor de Uso da Biblioteca. Lembramos que as autorizações de aumento de comporta das escolas estaduais, são de delegação da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos. Para que ocorra a autorização, não basta a escola lançar no sistema, é necessário preencher o formulário de solicitação de autorização especial, que deve ser assinado pelo Diretor e também pelo Inspetor Escolar anexando um inclusive favorável da inspeção. Após o preenchimento, os Inspectores ou o Diretor deve entregar para a Diretoria de Pessoal de sua regional, que irá emitir o parecer e encaminhar para a equipe DGEP. Após análise, o subsecretário de Gestão de Recursos Humanos faz a aprovação. Após a manifestação da SG a escola deve lançar a vaga no sistema para a devida autorização.

3.3. FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

O Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio de Minas Gerais atenderá a 19.000 estudantes, com um recurso de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) anuais, por aluno, durante quatro anos.

A distribuição dos recursos será realizada pelo Órgão Central da SEE-MG e não serão repassados à Caixa Escolar. A responsabilidade da prestação de contas será também da SEE.

Os recursos tornarão possível a implantação do Programa e serão destinados a diversas frentes:

- Realização de projetos
- Eventos e atividades de campo
- Reuniões e formações
- Acompanhamento e monitoramento

- *Pró-labore* para consultores, oficinairos, educadores sociais e encargos
- Materiais de consumo e Serviços de terceiros
- Elaboração de materiais didáticos e pagamento de direitos autorais
- Reforma e ou adequação de espaços escolares

Para a **Merenda escolar são utilizados** recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) .A atualização da Resolução do PNAE pode ser verificada em:

<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>

A programação do recurso da merenda é calculada com base nos dados escolares (metas) enviadas pelas UF em dezembro de 2017 e que compõem o CENSO Escolar alimentado pelo SIMADE.

Sobre a utilização:

- Para as escolas que estão no Programa e com o número de matrículas atual inferior ao planejado, os recursos devem ser proporcionais às matrículas concretizadas.

As regras de aquisição e utilização desse recurso seguem legislação, portarias e resoluções atreladas ao PNAE, conforme *link*:

<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>>

Importante: não é permitido pagar serviços terceirizados de preparo de merenda com esse recurso.

3.4. AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do Currículo e do processo educativo. Possui caráter processual, formativo e participativo, e deve garantir estratégias de intervenção pedagógica para atendimento aos estudantes que não consolidaram competências e habilidades, utilizando todos os recursos disponíveis para que se garanta a continuidade dos estudos com qualidade social. Nesse sentido, a avaliação deve ser realizada pelos professores e toda a equipe pedagógica da escola, numa perspectiva redimensionadora da ação pedagógica, fazendo prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado sobre os quantitativos, assegurando tempos e espaços diversos para que todos tenham garantida a aprendizagem e, sobretudo, para que possamos mensurar o impacto da Educação Integral na formação e no desenvolvimento dos estudantes.

A avaliação visa proporcionar um momento de diálogo, reflexão e planejamento coletivo das escolas, a partir da análise dos processos e resultados obtidos pelos estudantes tanto nas avaliações externas, quanto nas internas, e tendo em vista a relação entre ambas; também é desejável que as

escolas refaçam seus itinerários avaliativos por meio da proposição de ações coletivas que contribuam para a garantia do direito à aprendizagem. Para que isso se concretize, os resultados das avaliações devem ser analisados a partir dos seguintes eixos:

1. Direito à aprendizagem

A escola deve repensar e avaliar o Currículo desenvolvido em cada segmento e ano para cada estudante. Promover planejamento pedagógico e exames, trabalhos e atividades significativas, reconhecendo o que os estudantes já sabem e o que eles poderão saber, a partir do trabalho realizado, e o que os professores e atores educativos necessitam para desenvolver seu trabalho, bem como a autonomia para gerenciar os processos educativos. Além disso, apropriar-se dos resultados das avaliações externas como indicativos de diferentes itinerários para a aprendizagem que podem ser percorridos pela escola.

2. Gestão democrática e participativa

Para o desenvolvimento integral da aprendizagem, é necessário conhecer os sujeitos que estão na escola, seus tempos de vivência, os atores que desenvolvem as ações escolares, seu currículo e saberes, respeitando identidades e memórias dialogadas com o território educativo e a forma como se dá a participação de todos nas decisões e escolhas dos processos inerentes à vida escolar. A esse conjunto de ações chamamos de “gestão democrática e participativa”.

3. Fortalecimento do trabalho coletivo

Para reafirmar o compromisso de todos na construção do trabalho coletivo, é essencial conhecer os papéis e as responsabilidades de cada ator no espaço educativo, atribuindo significado ao trabalho dos diretores, vices, especialistas, inspetores, analistas, auxiliares, assistentes e todo o corpo docente da escola.

4. Relação da escola com a Comunidade

Entender a escola como promotora da mobilidade comunitária, isto é, como agente de articulação e de participação, é necessário possibilitar o espaço compartilhado de trocas e de convivência, garantir a parceria entre escola e comunidade, consolidar o direito integral à aprendizagem com a

construção de um projeto comum de Escola Integral e Integrada, com o protagonismo de seus atores.

Sempre com o foco nos eixos citados neste documento e na efetiva aprendizagem dos estudantes, as escolas participantes do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio devem utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, como a observação, o registro descritivo e reflexivo, trabalhos individuais e coletivos, portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, etc., adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do estudante, utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias”. (Resolução SEE nº2.197/2012, art. 70).

3.4.1. Diagnóstico de habilidades

Como deve ser do conhecimento de todos, o Ensino Médio tem por finalidade:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática;
- a preparação básica para o trabalho e cidadania do estudante, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;
- o aprimoramento do estudante como pessoa, incluindo sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Nessa medida, as ações relacionadas ao diagnóstico são imprescindíveis para garantir uma formação integral, que garanta autonomia, não importando qual escolha os alunos farão no futuro. Compreender os estudantes e seus saberes é uma ação primordial para a oferta de atividades e ações em uma jornada de trabalho que, nesse Programa, foi ampliada e deverá contribuir para a efetiva aprendizagem. Para realizar o diagnóstico e acompanhar a aprendizagem, a Secretaria de Educação de Minas Gerais já dispõe de um Programa *online*, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), que possui um banco de dados com mais de 70 mil itens (questões), elaborados pelos professores da Rede pública, que medem o desempenho de quem as responde pelo conjunto de habilidades que demonstra.

As escolas participantes do Programa devem fazer um diagnóstico inicial das habilidades dos estudantes do Ensino Médio. A partir dele, cada escola deve elaborar **um projeto de nivelamento e recuperação** das habilidades básicas para o estudante prosseguir nos estudos.

Em fevereiro de 2018, estará disponível uma avaliação diagnóstica disponível para as 80 escolas realizarem de forma on-line o seu diagnóstico. Em setembro de 2018 disponibilizaremos uma avaliação intermediária também *on-line* visando comparar os avanços dos estudantes em seis meses de implantação do Programa, que interage continuamente com o ensino e a aprendizagem, superando as tradicionais funções de “rotular e excluir”. Nessa perspectiva, constitui um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e análise de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem, de forma a obter subsídios para: (a) planejar as intervenções docentes; (b) criar formas de apoio aos estudantes que apresentem dificuldades; (c) verificar se os objetivos propostos são os mais pertinentes e se estão sendo alcançados; (d) obter subsídios para a revisão dos materiais e da metodologia utilizada.

3.4.2 – Atribuição de notas e conceitos

A atribuição de notas e conceitos referentes à Base Comum Curricular obedecerão as regras estabelecidas por esta Secretaria, organizadas no Sistema Mineiro de Administração Escolar, e especificadas nos regimentos escolares.

Os Campos de Integração não impactarão na conclusão do ensino médio, mas sim na formação integral dos estudantes. Sendo assim, para os componentes curriculares pertencentes a esses campos serão atribuídos conceitos, valorizando as práticas, interesses e a organização dos alunos.

- A - Muito Bom
- B - Bom
- C - Em Processo

O curso Técnico Profissionalizante Integrado será avaliado com as mesmas regras referentes à Base Comum Curricular.

Informamos que até junho de 2018 os registros dos estudantes matriculados nas turmas de Ensino Médio Integral e Integrado deverá ser feito manualmente até que o pacote pedagógico do SIMADE seja configurado e disponibilizado às escolas. Mas ressaltamos que desde o início das aulas a enturmação seja realizada no SIMADE indicando que a turma é de Ensino Médio integral e Integrado.

3.5. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Não se pode pensar a política de Escola Integral e Integrada sem considerar o envolvimento das famílias e da comunidade. Nesse aspecto, emergem alguns questionamentos: como trazer a família para a Escola de Ensino Médio Integral? Como promover essa aliança entre a escola e a instituição familiar? Por que a família, especialmente no Ensino Médio, não se envolve com as questões escolares? Dificilmente, teremos respostas para essas questões, já que o que almejamos é instigar as Escolas de Educação Integral para que as respostas a essas questões sejam dadas por toda a comunidade. Assim propomos que, para a implantação do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio, o primeiro passo a ser dado seja a realização de momentos coletivos com a participação da comunidade e de demais atores sociais do entorno da escola.

A participação da comunidade deve ser construída a partir de reflexões em pequenos seminários, por exemplo, e que, a partir deles, seja formado um Comitê Comunitário de Educação Integral. Junto com a equipe gestora, o Comitê vai deliberar sobre o fazer pedagógico da escola. Somente dessa forma poderão sair do “senso comum” e ter uma leitura mais criteriosa da Política Educacional.

A ideia é que o Comitê e o conjunto de educadores munidos, inicialmente, de ferramentas teóricas, potencializem novas formas de aprendizagem que transitarão a partir da realidade do estudante e dos espaços educativos que a cidade pode oferecer.

O convite é para que a participação das famílias se dê em cinco dimensões:

- I - Participação informativa: as famílias são informadas de todos os movimentos da escola.
- II - Participação consultiva: as famílias e os estudantes serão consultados sobre ações e projetos a serem realizados durante o ano e sobre os interesses na Parte Flexível do Currículo.
- III - Participação educativa: as famílias devem opinar sobre espaços alternativos e possibilidades de aprendizado na comunidade. Podem sugerir momentos e formas de participação mais ativa no que tange à aprendizagem, envolvendo-se e comprometendo-se ativamente com o processo educativo.
- IV - Participação avaliativa: as famílias poderão ser ouvidas em relação ao andamento da proposta de tempo integral, avaliando os avanços e os pontos que precisam ser melhorados.
- V - Participação decisória: junto com o Colegiado Escolar e o Comitê de Educação Integral da escola, as famílias poderão responder a questões amplas da política de Educação Integral estabelecida no Estado e propor formas e ações para o fortalecimento desta política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Educação Integral e Integrada para o Ensino Médio tem o objetivo de incentivar os estudantes a criarem seus projetos de vida, desenvolver um plano de participação cidadã, prover meios para que possam realizá-los, como sujeitos do processo e protagonistas de sua formação. O envolvimento da comunidade escolar é imprescindível para o sucesso de toda a proposta. Importante destacar a afirmação da professora Inês Teixeira, na Carta-convite aos professores, no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que descreve os desafios desta proposta: *“REIVENÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO, porque é preciso reinventar e ressignificar a docência”* e a Escola Integral e integrada é a forma que acreditamos ser capaz de contribuir para que os estudantes encontrem significado na escola e transformem o que aprenderem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional (1996). **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB n° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n° 1.145**, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória n° 746, de 22 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n° 727**, de 10 de junho de 2017. Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI, em conformidade com a Lei n°13.415, de fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC. **Resolução n° 2**, de 30 de janeiro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo & MAIA, Carla Linhares (Orgs). 2014. **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DELORS, J. 2004. **Educação: Um tesouro a Descobrir** In: Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 9ª ed.

MINAS GERAIS. **Decreto n° 47.227**, de 02 de agosto de 2017. Dispõe sobre a Educação Integral e Integrada na rede de ensino público do Estado.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de Elaboração e Revisão de Questões de Múltipla Escolha**.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE-MG 2.197**, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE n° 3205**, de 26 dezembro de 2016. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica a partir de 2017.

RODRIGUES, Zuleide Blanco. 2017. **Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica**. Disponível em: <www.educacional.com.br/articulistas>